



Um certo furor

Tinha decidido, por uns tempos, não cronicar sobre a política local. Com eleições autárquicas recentes, o PS, na Câmara com maioria absoluta, na Assembleia «fabricada» pelos presidentes de junta. As oposições estavam agora, à direita (PSD) e à esquerda (PCP/CDU e BE), representadas em todos os órgãos autárquicos, inclusive o CDS na Assembleia Municipal. Aguardava o seu trabalho e intervenção, já que os seus programas apontavam para alternativas à política do PS.

O novo presidente Pedro Ferreira e a equipa que coordena procura não ter a mesma opção que a anterior, sob a batuta de António Rodrigues. Algumas medidas, como a redução do orçamento, demonstraram que o relatório da Inspeção Geral de Finanças, que se debruçou sobre a gestão do município de Janeiro de 2009 a 2013, fez moossa. Mas, curiosamente, a nível de despesas, aumentaram as assessorias, ainda que se afirme que um dos seleccionados não contribui para as mesmas, já que exerce o cargo de forma voluntária. Se legalmente pode ser assessor, eticamente, deixa muito a desejar. Membro da Assembleia Municipal, cuja missão é fiscalizar a actuação do executivo camarário, faz como o deus Janus - o das duas caras: na Assembleia fiscaliza o que como assessor do executivo promove. E mesmo sem subsídio, porque já tem um vencimento de reformado, não tem ajudas de custos para deslocações, telemóveis, despesas de representação? É tudo mesmo voluntariamente gratuito?

Mas algo me chamou, recentemente, a atenção na actividade da oposição autárquica. Carlos Tomé, vereador da CDU na Câmara, pela terceira vez em vinte anos, propôs a realização duma auditoria externa à situação financeira do município relativa a 2012/2013. Pela terceira vez, a maioria absoluta do PS recusou tal concretização. O favor, votaram os autarcas do BE e do PSD, este porque a colocara no programa eleitoral, a vereadora do Bloco de Esquerda, considerando que deveria ser alargada a anos anteriores.

Fico sem saber o que dizer destas esquerdas, que têm duas formas díspares de intervenção política. Uma, a nível nacional, aguerrida, chamando os bois pelos nomes, demonstrando como a corrupção campeia no governo e nas autarquias. Outra, muito circunspecta, a propor que a maioria absoluta autárquica faça favor de deixar levar adiante uma auditoria externa- a quê ,

concretamente ?- como se o poder assumisse tranquilamente as suspeitas alheias de que é responsável por abusos de poder?

Se as três forças da oposição estão de acordo em realizar uma auditoria externa ao município, não podem fazer um memorando e enviá-lo aos órgãos judiciais competentes, independentemente da opinião do executivo? Ou tal proposta é só para cumprir o programa eleitoral, ficando-se à espera das próximas eleições autárquicas para a apresentação da quarta proposta de auditoria externa?

Quando a CDU e o BE, localmente, nem para os 40 anos do 25 de Abril conseguem uma proposta comum, algo vai mal, mesmo muito mal, numa esquerda partidária, encasulada e revolucionariamente impotente. Aconselho-lhes a leitura dum texto de opinião de Boaventura Sousa Santos, na Visão de 12 de Dezembro último, onde conclui que «os partidos de oposição não são sequer capazes de pressionar fortemente as instituições. Estão unidos à sua desunião num pacto de suicídio.»

Ou como Isabel do Carmo, apoiante, do Manifesto 3D, escreve no Público, a 19 de Janeiro «a esquerda tem de se deixar de eleitoralismos, de protagonismos, de clubismos identitários... A alternativa tem que passar por uma grande volta! E ou a esquerda dá essa volta ou vamos a caminho para a barbárie».

Se regresso à análise da política local, em nome dum ponto de vista de esquerda, é porque, como ainda refere Isabel do Carmo, o momento é de urgência.

Aprovado que está um orçamento, nenhuma imprensa opina sobre o mesmo, limitando-se no máximo a ouvir os representantes dos partidos. Não há uma análise do Orçamento - tudo se resume à Câmara e Assembleia Municipais, como se estes representassem toda a população concelha.

Não se espantem se os próximos actos eleitorais demonstrarem cada vez mais desapego e divórcio dos cidadãos em relação às intenções e projectos dos partidos.

Quem vê os filhos partir, em busca dum emprego numa Europa do Norte de mentalidade escravocrata. Quem se vê no desemprego, atingindo uma situação que lhe não reconhece o mínimo direito social, apenas se lhe oferece a misericórdia caritativa e hipócrita dos que não despem a camisa e se sentem muito solidários com a solidariedade da camisa dos outros. Quem vai conhecendo as fraudes, os roubos, os abusos de poder, a arrogância da riqueza, a exploração dos mais fracos, pelos profissionais da política, deputados, governantes, assessores, ante uma justiça que se diz que o é mas pratica pouco. Quem se vê no ocaso da sua vida espoliado de parte da sua reforma com que ajudava os seus descendentes, roubando-lhe um direito inalienável, o da confiança num contrato numa vida profissional feita com um Estado Constitucional. Quem tem a necessidade de entrar num serviço de urgência público e vê o que lá vê, e vem ouvir depois ao ministro desta destruição que tem muito orgulho de ter salvo o Serviço Nacional de Saúde.

Que raiva não ter contra quem não cumpre o que promete eleitoralmente?

Mas também quando se acredita e se sai uma, duas, três, mil vezes para a rua, ao longo de décadas, em protesto bem enquadrado, bem organizado, certinho, ao ponto de merecer o respeito do adversário, e tudo fica como estava, porque a desunião cria a desmotivação, a partidarite cria a descrença, o situacionismo entrou na alma funcionária ao ponto de ser um obstáculo ao que hoje se exige, com mais urgência do que nunca - a unidade do povo de esquerda.

Utopia? Chamemos-lhe um certo furor.

23 de Janeiro de 2014

✉ antoniomario45@gmail.com

António Mário escreve sempre às quintas-feiras em www.oriachense.pt